

1. Contexto Operacional

A Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing), controlada pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander), constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada na Rua Amador Bueno, 474, Bloco C, 1º andar, Santo Amaro, CEP 04752-901, São Paulo – SP, atua no mercado de arrendamento mercantil, regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações voltadas, principalmente, para o arrendamento de veículos, máquinas e equipamentos, utilizando a rede de agências do Banco Santander. As operações da Santander Leasing são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, lideradas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas, são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Santander Leasing foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do CMN, do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas, sendo as principais, provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, realização do crédito tributário, passivos contingentes e o valor justo dos ativos financeiros.

A Santander Leasing é controlada pelo Banco Santander Brasil S.A. (Banco Santander), investimento este que totaliza o equivalente a 78,57% do capital social da Santander Leasing e participação indireta equivalente a 21,42% através do Banco Bandepe S.A (Banco Bandepe) (Nota 18.c). As normas do Bacen não preveem a apresentação de demonstrações consolidadas, não obstante o Banco Santander foi consultado e não fez objeção quanto a não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas pela Santander Leasing.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 na reunião realizada em 21 de março de 2019.

3. Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

b) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Santander Leasing.

c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia

e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen 3.068/2001.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

f) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

I - títulos para negociação;

II - títulos disponíveis para venda; e

III - títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade da Santander Leasing de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:

(1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e

(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.

g) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a "hedge" ou não. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de "hedge" contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") podem ser classificados como:

I - "*hedge*" de risco de mercado; e

II - "*hedge*" de fluxo de caixa.

"Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "*hedge*" e os respectivos objetos de "*hedge*" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

(1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período; e

(2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização da parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

Alguns instrumentos financeiros híbridos são compostos por um instrumento financeiro derivativo e um ativo ou passivo não derivativo. Nestes casos, o instrumento financeiro derivativo representa um derivativo embutido. Os derivativos embutidos são registrados separadamente em relação ao contrato a que estejam vinculados.

h) Requisitos Mínimos no Processo de Apreçamento de Instrumentos Financeiros (Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos)

A Resolução do CMN 4.277 de 31 de outubro de 2013 (que entrou em vigor em 30 de junho de 2015), dispõe sobre requisitos mínimos a serem observados no processo de apreçamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado e quanto à adoção de ajustes prudenciais por instituições financeiras. Os instrumentos financeiros de que trata a Resolução incluem:

(a) Títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos para negociação" e "títulos disponíveis para venda", conforme a Circular Bacen 3.068, de 8 de novembro de 2001;

(b) Instrumentos financeiros derivativos, de que trata a Circular Bacen 3.082, de 30 de janeiro de 2002; e

(c) Demais instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado, independentemente da sua classificação na carteira de negociação, estabelecida na Resolução CMN 3.464, de 26 de junho de 2007.

De acordo com esta Resolução, a Santander Leasing passou a estabelecer procedimentos para a avaliação da necessidade de ajustes no valor dos instrumentos financeiros citados acima, observando os critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Esta avaliação inclui, entre outros fatores, o spread de risco de crédito no registro do valor a mercado destes instrumentos.

i) Carteira de Arrendamento Mercantil e Provisão para Perdas

A carteira de crédito inclui as operações de arrendamentos a receber e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados "pro rata" dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Os contratos de arrendamento de bens são registrados pelos correspondentes valores das contraprestações a receber, que indicam os valores das parcelas a vencer dos contratos, em conta de arrendamentos a receber, em contrapartida à conta retificadora de rendas a apropriar. As rendas decorrentes dos contratos de arrendamento são apropriadas pelo valor das contraprestações na data dos vencimentos, conforme determina a Portaria do Ministério da Fazenda (MF) 140/1984.

A Santander Leasing efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de arrendamento mercantil de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito baixado para prejuízo é registrado em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas); na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, conforme estabelecido pela Resolução CMN 2.682/1999.

j) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos de arrendamento mercantil.

k) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

k.1) Investimentos

Os ajustes dos investimentos em sociedades coligadas e controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas e controladas. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor de mercado, quando aplicável. O ágio ou deságio na aquisição de sociedades controladas é amortizado em até 10 anos, observada a expectativa de resultados futuros. Especificamente o ágio está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de valor.

k.2) Imobilizado de uso

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4% e instalações, móveis e equipamentos de uso - 10%.

k.3) Imobilizado de Arrendamento

Os bens objeto dos contratos de arrendamento celebrados na vigência das Portarias MF 140/1984 e MF 113/1988 são depreciados segundo os prazos de vida útil-econômica estabelecidos pela legislação tributária, reduzidos em 30% desde que atendidos os requisitos estabelecidos.

k.4) Insuficiência/Superveniência de Depreciação

Constituída de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Circular Bacen 1.429/1989, resulta da diferença entre o valor contábil dos contratos de arrendamento e o valor presente das respectivas contraprestações, calculada com base na taxa interna de retorno. De acordo com essa Circular, o valor contábil dos contratos é determinado pela soma das seguintes contas: arrendamentos a receber, valores residuais a realizar e a balancear, rendas de arrendamentos a apropriar, imobilizado de arrendamento, perdas em arrendamentos a amortizar, depreciações e amortizações acumuladas, bens não de uso próprio e credores por antecipação de valor residual. A referida Circular não requer a reclassificação dos saldos do ativo permanente para o ativo circulante e realizável a longo prazo e receitas e despesas de arrendamento mercantil. Tais ajustes são apresentados pelo saldo da conta de insuficiência/superveniência de depreciação no permanente. O imposto de renda correspondente à superveniência ou à insuficiência é representado pelo saldo da conta de provisão para imposto de renda diferido ou créditos tributários, respectivamente.

k.5) Perdas em Arrendamentos a Amortizar

Correspondem a perdas apuradas na venda de bens pelo valor residual dos contratos que são amortizadas pelo respectivo prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados. O saldo correspondente às perdas a amortizar, para efeito das demonstrações financeiras, está reclassificado para a rubrica "bens arrendados".

l) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

A Santander Leasing é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

As provisões são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser revertidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e com base nas melhores informações disponíveis. Para as ações judiciais cujo o risco de perda é possível, as ações judiciais não são constituídas provisões e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 16.h) e para as ações judiciais cujo risco de perda é remota não é requerida divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis a Santander Leasing, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

m) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sobre as receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica. Para as instituições financeiras é permitida a dedução das despesas de captação na determinação da base de cálculo. As despesas de PIS e Cofins são registradas em despesas tributárias.

n) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 20% para as instituições financeiras (15% até agosto de 2015), incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL para as instituições financeiras foi elevada de 15% para 20% para o período-base compreendido entre 1 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, nos termos da Lei 13.169/2015 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 675/2015).

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos considera as alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 8.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

o) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao fim de cada período de reporte, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso.

p) Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das informações financeiras são revisadas pelo menos trimestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício quando comparados com os montantes reais, tais como: valor residual do ativo imobilizado,

provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências, valorização a mercado de títulos e valores mobiliários e a realização dos créditos tributários. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Disponibilidades	7.285	6.374	7.824
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.428.350	14.480.917	108.073
Aplicações no Mercado Aberto	1.300.319	-	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	128.031	14.480.917	108.073
Total	1.435.635	14.487.291	115.897

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	31/12/2018		31/12/2017
	Até 3 Meses	de 3 a 12 Meses	Total
Aplicações no Mercado Aberto	1.300.319	-	1.300.319
Posição Bancada	1.300.319	-	1.300.319
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.300.319	-	1.300.319
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	128.031	50.223	178.254
Total	1.428.350	50.223	1.478.573
Circulante			1.478.573
Longo Prazo			-
			22.078.464
			22.078.464
			22.034.028
			44.436

6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

l) Resumo da Carteira por Categorias

	31/12/2018		31/12/2017
	Custo Amortizado	Ajuste a Mercado Refletido no Resultado	Valor Contábil
Títulos para Negociação	6.039	-	6.039
Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimento - FI	6.039	-	6.039
Títulos Disponíveis para Venda	1.605.079	37.111	1.642.190
Títulos Públicos - Notas do Tesouro Nacional - NTN F ⁽¹⁾	1.604.983	37.111	1.642.094
Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimento	96	-	96
Total de Títulos e Valores Mobiliários	1.611.118	37.111	1.648.229
Derivativos (Ativo)	-	-	-
Total de Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	1.611.118	37.111	1.648.229
Circulante			6.135
Longo Prazo			1.642.094
Derivativos (Passivo)	(37.347)	(42.115)	(79.462)
Circulante			(79.462)
			10.894.161
			1.547.463
			(2.059)
			(2.059)

II) Abertura por Vencimento

	31/12/2018		
	Sem Vencimento	De 1 a 3 Anos	Total
Títulos para Negociação	6.039	-	6.039
Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimento - FI	6.039	-	6.039
Títulos Disponíveis para Venda	96	1.642.094	1.642.190
Títulos Públicos - Notas do Tesouro Nacional - NTN F ⁽¹⁾	-	1.642.094	1.642.094
Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimento	96	-	96
Total	6.135	1.642.094	1.648.229

(1) Em 31 de dezembro de 2018, inclui o valor de R\$1.642.094 de títulos objeto de "hedge" de risco de mercado (Nota 6.b.II).

Abertura das cotas de Fundos de Investimento

	31/12/2018	31/12/2017
Aplicações em Operações Compromissas		
Títulos Públicos - Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	620.966
Títulos Públicos - Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	6.076.704
Títulos Públicos - Notas do Tesouro Nacional - NTN F	-	4.118.111
Disponibilidades / Valores a Pagar	96	(306)
Total⁽¹⁾	96	10.815.475

(1) Fundo encerrado em dezembro de 2018.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião da apuração dos balanços e as cotas de fundo de investimento são atualizadas com base na cotação divulgada pelos administradores dos fundos diariamente.

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

I) Derivativos Utilizados como Instrumentos de "hedge"

	31/12/2018		31/12/2017	
	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado	Valor de Mercado
Contrato Swaps				
"Hedge" de Risco de Mercado		(42.115)	(79.462)	(131)
Ativo	1.564.124	-	1.564.124	1.613.732
Certificado de Depósitos Interfinanceiros (CDI)	1.564.124	-	1.564.124	1.613.732
Passivo	(1.601.471)	(42.115)	(1.643.586)	(1.613.863)
Taxa de Juros Pré - Reais	(1.601.471)	(42.115)	(1.643.586)	(1.613.863)

II) Objeto de "Hedge" - Valor da Curva

	31/12/2018		31/12/2017	
	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado	Valor de Mercado
Ativo				
Títulos e Valores Mobiliários	1.679.205	(37.111)	1.642.094	1.618.529
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	1.679.205	(37.111)	1.642.094	1.618.529

c) Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e "banking", conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Método Padronizado de Basiléia do Bacen. A

Carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação e a carteira "banking" consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio da Santander Leasing e seus eventuais "hedges".

Para elaboração dos cenários da análise de sensibilidade, foram utilizados como referência informações da Curva-Pré da taxa de juros básica (DI-Futuro), utilizado os valores diários obtidos no fechamento da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3").

A Santander Leasing efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Instrução CVM 475/2008, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente as suas posições.

O quadro resumo apresentado abaixo sintetizam valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos da Santander Leasing, referente a carteira "banking", para cada um dos cenários da carteira do dia 31 de dezembro de 2018, e não apresentava saldo na carteira de negociação.

Carteira "Banking"

Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas Juros Pré - Fixadas	(1.626)	(24.799)	(49.880)
Total ⁽¹⁾		(1.626)	(24.799)	(49.880)

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: choque de +10 bps nas curvas de juros.

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

7. Carteira de Arrendamento Mercantil e Provisão para Perdas**a) Composição da Carteira ao Valor Presente**

	31/12/2018	31/12/2017
Operações de Arrendamento Mercantil ⁽¹⁾	1.836.504	1.888.444
Total	1.836.504	1.888.444
Circulante	907.138	995.471
Longo Prazo	929.366	892.973

(1) Os contratos de arrendamento têm cláusulas de não cancelamento e de opção de compra e são pactuados a taxas pré ou pós-fixadas.

b) Carteira de Arrendamento

	31/12/2018	31/12/2017
Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil	2.142.057	2.172.779
Arrendamentos a Receber	1.681.138	1.757.104
Valores Residuais a Realizar ⁽¹⁾	460.919	415.675
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(1.673.024)	(1.748.033)
Valores Residuais a Balancear	(460.919)	(415.675)
Bens não de Uso Próprio	1.243	1.379
Imobilizado de Arrendamento (Nota 12)	2.716.634	2.746.637
Credores por Antecipação de Valor Residual (Nota 15)	(889.487)	(868.643)
Total da Carteira de Arrendamento ao Valor Presente	1.836.504	1.888.444

(1) Valor residual garantido dos contratos de arrendamento mercantil, líquida de antecipações.

A receita financeira não realizada de arrendamento mercantil (receita de arrendamento mercantil a apropriar referente aos pagamentos mínimos a receber) é de R\$305.553 (31/12/2017 - R\$284.335).

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não existiam acordos ou compromissos de arrendamento mercantil que individualmente sejam considerados relevantes.

Abertura por Vencimento do Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil

	31/12/2018	31/12/2017
Vencidas	4.817	5.026
A Vencer:		
Até 3 Meses	282.992	311.418
De 3 a 12 Meses	692.191	746.252
De 1 a 5 Anos	1.160.986	1.107.435
Acima de 5 Anos	1.071	2.648
Total	2.142.057	2.172.779

c) Carteira por Vencimento ao Valor Presente

	31/12/2018	31/12/2017
Vencidas	4.580	4.945
A Vencer:		
Até 3 Meses	271.203	304.713
De 3 a 12 Meses	635.935	690.758
De 1 a 5 Anos	924.274	886.835
Acima de 5 Anos	512	1.193
Total	1.836.504	1.888.444

d) Carteira por Setor de Atividades ao Valor Presente

	31/12/2018	31/12/2017
Setor Privado		
Indústria	412.235	398.903
Comércio	382.197	329.399
Instituições Financeiras	2.098	1.081
Serviços e Outros	1.013.572	1.134.338
Pessoas Físicas - Financiamento e Leasing de Veículos	18.232	18.583
Agricultura	8.014	6.140
Setor Público		
Governo Municipal	156	-
Total	1.836.504	1.888.444

e) Carteira e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

					31/12/2018
Nível de Risco	% Provisão	Curso		Carteira	Provisão
	Mínima Requerida	Normal	Anormal ⁽¹⁾	Total	Requerida
AA	-	1.345.279	-	1.345.279	-
A	0,5%	328.444	-	328.444	1.642
B	1%	67.844	95	67.939	679
C	3%	21.530	2.718	24.248	726
D	10%	8.149	4.089	12.238	1.224
E	30%	1.788	3.285	5.073	1.522
F	50%	298	159	457	229
G	70%	115	1.002	1.117	782
H	100%	36.597	15.112	51.709	51.709
Total		1.810.044	26.460	1.836.504	58.513

					31/12/2017
Nível de Risco	% Provisão	Curso		Carteira	Provisão
	Mínima Requerida	Normal	Anormal ⁽¹⁾	Total	Requerida
AA	-	1.059.265	-	1.059.265	-
A	0,5%	577.464	-	577.464	2.887
B	1%	141.759	525	142.284	1.423
C	3%	25.329	8.693	34.022	1.021
D	10%	6.559	3.898	10.457	1.046
E	30%	11.890	1.177	13.067	3.920
F	50%	568	2.018	2.586	1.293
G	70%	-	539	539	377
H	100%	36.983	11.777	48.760	48.760
Total		1.859.817	28.627	1.888.444	60.727

(1) Inclui parcelas vincendas e vencidas a mais de 14 dias.

f) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Saldo Inicial	60.727	44.689
Constituições / Reversão	(507)	18.539
Baixas	(1.707)	(2.501)
Saldo Final	58.513	60.727
Circulante	18.880	14.638
Longo Prazo	39.633	46.089
Créditos Recuperados ⁽¹⁾	10.533	7.010

(1) Registrados como receita da intermediação financeira na rubrica operações de arrendamento mercantil.

g) Créditos Renegociados

	31/12/2018	31/12/2017
Créditos Renegociados	74.733	79.188
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(50.680)	(52.496)
Percentual de cobertura sobre a carteira de renegociação	67,8%	66,3%

8. Créditos Tributários

a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários

	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2018
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	127.536	13.085	(16.126)	124.495
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	15.283	11.835	(20.191)	6.927
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	1	-	(1)	-
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	290.193	19.298	(134.494)	174.997
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos (1)	-	2.141	-	2.141
Outras Provisões Temporárias	26.939	-	(12.040)	14.899
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	459.952	46.359	(182.852)	323.459
Prejuízos Fiscais	120.356	146.401	-	266.757
Contribuição Social - Medida Provisória (MP) 2.158/2001	14.146	-	(14.146)	-
Total dos Créditos Tributários Circulante	87.018			98.984
Longo Prazo	507.436			491.232

	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2017
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	133.701	11.577	(17.742)	127.536
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	8.927	15.481	(9.125)	15.283
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	9	1	(9)	1
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	278.716	29.577	(18.100)	290.193
Outras Provisões Temporárias	29.478	-	(2.539)	26.939
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	450.831	56.636	(47.515)	459.952
Prejuízos Fiscais	134.689	-	(14.333)	120.356
Contribuição Social - Medida Provisória (MP) 2.158/2001	14.146	-	-	14.146
Total dos Créditos Tributários Circulante	154.856			87.018
Longo Prazo	444.810			507.436

(1) Inclui crédito tributário de IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Santander Leasing não possui créditos tributários não ativados.

b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

	31/12/2018				
Ano	Diferenças Temporárias			Prejuízos	
	IRPJ	CSLL	PIS/Cofins	Fiscais	Total
2019	29.928	23.762	23	45.271	98.984
2020	24.222	20.338	23	49.608	94.191
2021	25.652	20.909	23	32.909	79.493
2022	1.023	1.362	23	44.019	46.427
2023	113.679	48.051	23	2.989	164.742
2024 a 2028	10.032	4.269	117	91.961	106.379
Total	204.536	118.691	232	266.757	590.216

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente total dos créditos tributários e do valor registrado é de R\$499.504 (31/12/2017- R\$476.838) calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízos fiscais, contribuição social 18% - MP 2.158/2001 e a taxa média de captação projetada para os períodos correspondentes.

9. Outros Créditos – Diversos

	31/12/2018	31/12/2017
Devedores por Depósitos em Garantia		
Para Interposição de Recursos Fiscais	755.197	966.914
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	52	94
Para Interposição de Recursos Cíveis	37.306	32.606
Outros	2.124	373
Garantias Contratuais de Ex-Controladores (Nota 16.g)	73.403	72.553
Impostos e Contribuições a Compensar	221.870	284.219
Pagamentos a Ressarcir	2.892	3.199
Outros	107.276	90.233
Total	1.200.120	1.450.191
Circulante	4.327	323
Longo Prazo	1.195.793	1.449.868

10. Participações em Coligadas e Controladas

		31/12/2018		
		Quantidade de Ações Possuídas (Mil)		
		Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Participação Direta
Investimento	Atividade			
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (Santander CCVM)	Corretora	33	33	0,000002%
SI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (atual denominação social da Santander Finance Arrendamento Mercantil S.A.) (SI DTVM) ^{(1) (3)}	Leasing	182	-	100,0000%
	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro Líquido (Prejuízo)	Valor dos Investimentos	
		01/01 a 31/12/2018	31/12/2018	31/12/2017
Investimento	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2017
Santander CCVM	595.575	68.198	1	1
SI DTVM ^{(1) (2) (3)}	359.837	(29.415)	359.837	389.252
Deságio - SI DTVM ⁽¹⁾			-	(67.350)
Total dos investimentos			359.838	321.903

Investimento	Resultado da Equivalência patrimonial	
	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
	31/12/2018	31/12/2017
SI DTVM ^{(1) (2) (3)}	(29.415)	18.890
Total dos investimentos avaliados por equivalência patrimonial	(29.415)	18.890

- (1) A expectativa de amortização do deságio era prevista em até 5 anos, devido a intenção do controlador (Banco Santander) em realizar uma combinação de negócios com a SI DTVM. Em agosto de 2018 foi baixado o deságio na Santander Leasing ao Ativo Fiscal Diferido na SI DTVM e tendo em vista que o referido deságio estava vinculado e concluiu-se que não existe mais substância econômica para sua manutenção.
- (2) Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de abril de 2017 pela SI DTVM, foi aprovado e pago a Santander Leasing o valor de R\$915 relativo a dividendos mínimo obrigatórios.
- (3) Em AGE realizada em 3 de maio de 2018, a Companhia aprovou sua transformação para uma sociedade distribuidora de títulos e valores mobiliários, e a alteração de sua denominação social para SI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. O processo de transformação encontra-se em aprovação pelo Bacen.

11. Imobilizado de Uso

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, está composto, principalmente, por edificações e totalmente depreciado.

12. Imobilizado de Arrendamento

Compreende os bens relacionados aos contratos de arrendamento (Nota 7.b), e tem a seguinte composição:

	31/12/2018	31/12/2017
Veículos e Afins	2.056.746	2.271.484
Máquinas e Equipamentos	2.073.308	2.021.810
Aeronaves	500.710	424.426
Instalações	646	489
Móveis	29.646	32.810
Outros Bens	6.212	5.147
Depreciações Acumuladas	(2.824.956)	(2.968.071)
Superveniência de Depreciação	470.942	473.653
Perdas em Arrendamentos a Amortizar	403.380	484.889
Total	2.716.634	2.746.637

Os bens estão compromissados para venda aos arrendatários, conforme opção destes, quando da liquidação dos respectivos contratos de arrendamento. O seguro dos bens arrendados é efetuado pelo arrendatário, com cláusula de benefício em favor da Santander Leasing. Em 31 de dezembro de 2018, foi registrada uma insuficiência de depreciação no valor de R\$2.711 (2017 - R\$77.221) equivalente ao ajuste do efetivo valor presente dos fluxos futuros das operações de arrendamento, determinado de acordo com as taxas de retorno de cada operação, em conformidade com a Instrução CVM 58/1986 e Circular Bacen 1.429/1989.

13. Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

Debêntures	Emissão	Vencimento	Quantidade	Valor de Emissão - R\$ Mil	Taxa de Juros (a.a.)	31/12/2018	31/12/2017
Debêntures	Janeiro-15	Janeiro-35	100.000.000	10.000.000	100% CDI	14.958.940	14.056.076
Debêntures	Agosto-06	Agosto-36	410.000	4.100.000	100% CDI	14.337.064	13.471.735
Debêntures	Junho-07	Junho-37	410.000	4.100.000	100% CDI	12.933.596	12.152.974
Debêntures	Julho-12	Julho-32	500.000.000	5.000.000	100% CDI	7.474.629	8.757.468
Debêntures	Junho-05	Junho-35	150.000	1.500.000	100% CDI	6.345.870	5.962.857
Debêntures	Março-06	Março-36	150.000	1.500.000	100% CDI	5.574.272	5.237.830
Debêntures	Setembro-05	Setembro-20	120.000	1.200.000	100% CDI	4.843.134	4.550.821
Debêntures	Abril-06	Abril-21	100.000	1.000.000	100% CDI	3.627.325	3.408.393
Debêntures	Junho-05	Junho-20	400.000	400.000	100% CDI	1.692.232	1.590.095
Total						71.787.062	69.188.249
(-) Debêntures em Tesouraria							
Debêntures	Janeiro-15	Janeiro-35	99.982.824	9.998.282	100% CDI	(14.956.371)	(13.350.527)
Debêntures	Agosto-06	Agosto-36	409.260	4.092.600	100% CDI	(14.311.188)	(3.141.116)
Debêntures	Junho-07	Junho-37	406.379	4.063.790	100% CDI	(12.819.371)	(4.795.979)
Debêntures	Julho-12	Julho-32	399.504.270	3.995.043	100% CDI	(7.446.748)	(7.447.780)
Debêntures	Junho-05	Junho-35	147.409	1.474.090	100% CDI	(6.236.255)	(3.108.358)
Debêntures	Março-06	Março-36	149.818	1.498.180	100% CDI	(5.567.508)	(1.274.923)
Debêntures	Setembro-05	Setembro-20	119.471	1.194.710	100% CDI	(4.821.784)	(2.637.466)
Debêntures	Abril-06	Abril-21	100.000	1.000.000	100% CDI	(3.627.325)	(1.197.539)
Debêntures	Junho-05	Junho-20	389.137	389.137	100% CDI	(1.646.275)	(855.534)
Total em Circulação (Longo Prazo)						354.237	31.379.027

14. Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores questionados em processos judiciais e administrativos.

	31/12/2018	31/12/2017
Provisão para Tributos Diferidos	204.925	201.187
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	-	847
Impostos e Contribuições a Pagar	24.306	61.405
Total	229.231	263.439
Circulante	100.517	135.549
Longo Prazo	128.714	127.890

a) Natureza e Origem dos Passivos Tributários Diferidos

	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2018
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	4.273	-	(4.273)	-
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos Disponíveis para Venda ⁽¹⁾	67.868	-	(18.251)	49.617
Superveniência de Arrendamento Mercantil	118.395	-	(678)	117.717
Outros	10.651	26.940	-	37.591
Total	201.187	26.940	(23.202)	204.925

	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2017
Ajuste ao Valor de Mercado DOS Títulos para Negociação e Derivativos	-	4.273	-	4.273
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos Disponíveis para Venda ⁽¹⁾	34.228	33.640	-	67.868
Superveniência de Arrendamento Mercantil	137.700	-	(19.305)	118.395
Outros	3.193	7.458	-	10.651
Total	175.121	45.371	(19.305)	201.187

(1) Inclui IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

b) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Tributários Diferidos

	31/12/2018			
Ano	Diferenças Temporárias IRPJ	Diferenças Temporárias CSLL	Diferenças Temporárias PIS/Cofins	Total Ativado e Diferido
2019	69.454	6.357	539	76.350
2020	69.454	6.357	539	76.350
2021	10.596	6.357	539	17.492
2022	2.764	1.659	539	4.962
2023	2.764	1.659	539	4.962
2024 a 2026	8.292	4.975	1.618	14.885
2027 a 2028	5.528	3.317	1.079	9.924
Total	168.852	30.681	5.392	204.925

15. Outras Obrigações – Diversas

	31/12/2018	31/12/2017
Credores por Antecipação de Valor Residual (Nota 7.b)	889.487	868.643
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 16.b)	10.843	36.733
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Fiscais (Nota 16.b)	537.423	756.708
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Responsabilidade de Ex-Controladores (Nota 16.g)	73.403	72.553
Provisão para Pagamentos a Efetuar	2.585	2.639
Outras	10.836	32.636
Total	1.524.577	1.769.912
Circulante	430.156	541.082
Longo Prazo	1.094.421	1.228.830

16. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

a) Ativos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.I)

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	31/12/2018	31/12/2017
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 15)	537.423	756.708
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 15)	10.843	36.733
Total	548.266	793.441

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a 31/12/2018			01/01 a 31/12/2017		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	756.708	2	36.731	717.834	20	19.835
Constituição Líquida de Reversão	12.252	22	(15.841)	4.287	(20)	31.996
Atualização Monetária ⁽¹⁾	24.079	-	4.001	39.284	2	3.891
Baixas por Pagamento	(53.374)	(24)	(14.048)	(4.697)	-	(18.991)
Outros ⁽²⁾	(202.242)	-	-	-	-	-
Saldo Final	537.423	-	10.843	756.708	2	36.731
Depósitos em Garantia -						
Outros Créditos	211.575	40	1.577	554.692	-	2.781
Depósitos em Garantia - Títulos e						
Valores Mobiliários	281	-	-	546	-	-
Total dos Depósitos em						
Garantia ⁽³⁾	211.856	40	1.577	555.238	-	2.781

(1) Contabilizados em despesas tributárias, outras receitas e despesas operacionais.

(2) Em razão do cenário desfavorável a tese em que se questiona a Majoração de Alíquota da CSLL, e, consequentemente, alteração da classificação de êxito dos respectivos processos, optamos pelo pagamento dos valores discutidos.

(3) Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão de contingência e não contemplam os depósitos em garantia, relativos as contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.

d) Provisões Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis

A Santander Leasing é parte em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito da Santander Leasing com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. A Santander Leasing tem por política provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação é de perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas informações financeiras.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender obrigações legais e eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos conforme segue:

e) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscais e Previdenciárias

Os principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações legais, fiscais e previdenciárias, encontram-se descritos a seguir:

PIS e Cofins - R\$427.163(31/12/2017 - R\$416.236): a Santander Leasing ajuizou medida judicial visando a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afastada em decisões recentes do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação às entidades não financeiras, eram tributadas pelo PIS e Cofins apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias.

Majoração de Alíquota da CSLL - R\$0 (31/12/2017 - R\$197.087): a Santander Leasing ajuizou ações judiciais visando a afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela MP 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a nova legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. Em 2018, ante a classificação de êxito e o cenário desfavorável nos Tribunais, a Santander Leasing optou pelo pagamento dos valores discutidos.

f) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

São ações judiciais de caráter indenizatório e revisionais de crédito.

As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre protesto indevido, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e outros assuntos.

As ações revisionais referem-se a operações de arrendamento mercantil, através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais.

Nas ações cíveis relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados. As ações que não se enquadram no critério anterior são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas com base na situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

g) Outras Ações Judiciais de Responsabilidade de Ex-Controladores

Referem-se a ações de natureza fiscal no montante de R\$73.403(31/12/2017 - R\$72.553), registrado em outras obrigações - fiscais e previdenciárias (Nota 15) de responsabilidade de ex-controladores. Com base nos contratos firmados, estas ações possuem garantias de ressarcimento integral por parte dos ex-controladores, cujos respectivos direitos foram contabilizados em outros créditos - diversos (Nota 9).

h) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias, trabalhistas e Cíveis Classificadas como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, com risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente.

As ações com classificação de perda possível, de natureza tributária totalizaram em R\$280.425 e as cíveis em R\$1.562.

O principal processo de natureza tributária se refere a autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil em relação aos exercícios de 2009 a 2012, por falta de recolhimento de PIS e Cofins, supostamente incidentes sobre a receita na venda de bens do ativo permanente. Foram apresentadas as respectivas defesas e os processos aguardam julgamento no âmbito administrativo, junto ao Carf. Em 31 de dezembro de 2018, o valor era de aproximadamente R\$1.289 milhões

17. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2018 e 2017, é composto por 11.044.653 mil ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, todas de domiciliados no país.

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 6% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. Tendo em vista que os dividendos a título de Juros sobre capital próprio excederam o valor mínimo obrigatório dos dividendos estatutários, não está sendo considerada a apropriação de qualquer dividendo adicional sobre o lucro líquido do exercício.

	31/12/2018				
	Em Milhares de Reais			Reais por Ação Ordinária	
	Bruto	IRRF	Líquido	Bruto	Líquido
Juros sobre o Capital Próprio ⁽¹⁾	373.384	56.008	317.376	0,03380677	0,03380677
Total	373.384	56.008	317.376		

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 30 de Maio de 2018 e o pagamento foi efetuado em 4 de julho de 2018.

	31/12/2017				
	Em Milhares de Reais			Reais por Ação Ordinária	
	Bruto	IRRF	Líquido	Bruto	Líquido
Juros sobre o Capital Próprio ⁽¹⁾	400.000	60.000	340.000	0,03621662	0,03078413
Total	400.000	60.000	340.000		

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 28 de Dezembro de 2017 e o pagamento foi efetuado em 2 de março de 2018.

	31/12/2016				
	Em Milhares de Reais			Reais por Ação Ordinária	
	Bruto	IRRF	Líquido	Bruto	Líquido
Juros sobre o Capital Próprio ⁽¹⁾	408.311	61.247	347.064	0,03696911	0,03142371
Total	408.311	61.247	347.064		

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 30 de novembro de 2016 e o pagamento foi efetuado em 26 de janeiro de 2017.

c) Reservas de Lucros

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reservas Estatutárias

Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, foram destinado 50% para reforço de capital de giro e 50% para equalização de dividendos com a finalidade de garantir os meios financeiros para as operações da Santander Leasing e a continuidade da distribuição de dividendos, podendo ser utilizadas para futuros aumentos de capital. Ambas reservas, juntamente com a reserva legal, estão limitadas a 100% do capital social.

18. Partes Relacionadas**a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração**

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Santander Leasing realizada em 30 de abril de 2018, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores para o ano de 2018, no valor máximo de R\$10. A Santander Leasing é parte integrante do Conglomerado Santander e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Santander, seu controlador. A Santander Leasing não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Em 2018 e 2017, não foram registradas despesas com honorários para a Diretoria, Conselho de Administração e Planos de Aposentadoria Complementar.

b) Operações de Crédito

Nos termos da legislação vigente, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos envolvendo:

I - diretores, membros dos Conselhos de Administração e do Comitê de Auditoria, bem como seus respectivos cônjuges e parentes, até o segundo grau;

II - pessoas físicas ou jurídicas que participem no capital da Santander Leasing, com mais de 10%;

III - pessoas jurídicas, cujo capital a Santander Leasing participe com mais de 10%; e

IV - pessoas jurídicas, cujo capital participem com mais de 10%, quaisquer dos diretores, membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até o segundo grau.

c) Participação Acionária

A Santander Leasing é controlada pelo Banco Santander que possui participação acionária direta de 8.678.231 mil ações ordinárias equivalentes a 78,57% do capital social e participação indireta através do Banco Bandepe de 2.365.566 mil ações ordinárias equivalentes a 21,42% do capital social, perfazendo uma participação total de 99,99%.

d) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações e saldos são conforme segue:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/12/2018	31/12/2017	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Disponibilidades (Nota 4)	7.285	6.374	-	-
Banco Santander ⁽²⁾	7.285	6.374	-	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 5)	1.478.573	22.078.464	556.612	4.082.280
Banco Santander ⁽²⁾	1.478.573	22.078.464	556.612	4.082.280
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	-	897	-	-
SI DTVM (atual denominação social da Santander Finance Arrendamento Mercantil S.A.)	-	897	-	-
Relações Interfinanceiras	(13.187)	(12.285)	(2.627)	-
Banco Santander ⁽²⁾	(13.187)	(12.285)	(2.627)	-
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido	-	-	-	(131)
Banco Santander ⁽²⁾	-	-	-	(131)
Recursos de Debêntures (Nota 13)	(354.237)	(31.379.027)	(856.776)	(4.933.036)
Banco Santander ⁽²⁾	(354.237)	(31.379.027)	(856.776)	(4.933.036)
Dividendos e Bonificações a Pagar	-	(339.974)	-	-
Banco Santander ⁽²⁾	-	(267.152)	-	-
Banco Bandepe	-	(72.822)	-	-
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas (1)	-	-	(1.563)	(2.083)
Banco Santander ⁽²⁾	-	-	(1.563)	(2.083)
Despesas com Doações	-	-	(500)	-
Santander Cultural	-	-	(500)	-

(1) As despesas referem-se, principalmente, a despesas administrativas - convênio operacional (Nota 19).

(2) Controlador da Santander Leasing (Nota 18.c).

19. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Serviços do Sistema Financeiro	7.884	12.946
Serviços Técnicos Especializados e Terceiros	4.686	13.747
Convênio Operacional Banco Santander (Nota 18.d)	1.563	2.082
Doações	584	1.409
Custas Judiciais	781	1.232
Seguros	862	958
Propaganda e Publicidade	-	2.290
Outras	365	920
Total	16.725	35.584

20. Despesas Tributárias

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Atualizações de Impostos e Contribuições ⁽¹⁾	13.475	21.659
Despesa com Cofins	11.786	16.599
Despesa com ISS	40.535	3.530
Despesa com PIS/Pasep	2.871	2.697
Outras	765	131
Total	69.432	44.616

(1) Inclui atualizações das provisões para o PIS e Cofins da Lei 9.718/1998.

21. Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Atualização de Depósitos Judiciais	43.752	67.751
Atualização de Impostos a Compensar	22.506	37.476
Recuperação de Encargos e Despesas	5.313	7.391
Reversão de Provisões Operacionais - Trabalhistas (Nota 16.c)	-	20
Reversão de Provisões Operacionais - Cíveis (Nota 16.c)	15.841	-
Reversão de Provisões Operacionais - Outras	151	127
Comissão de Permanência sobre Contratos em Atraso	2.754	4.068
Apropriação Deságio - SI DTVM	67.350	18.644
Outras	218	4.716
Total	157.885	140.193

22. Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Provisões Operacionais		
Fiscais (Nota 16.c)	12.252	4.287
Cíveis (Nota 16.c)	-	31.996
Trabalhistas (Nota 16.c)	22	-
Atualização Monetária	88.936	48.953
Descontos Concedido	-	29
Gastos com Contratos em Atraso	785	951
Comissões de Agenciamento e Fiança	528	1.823
Outras	3.367	3.385
Total	105.890	91.424

23. Resultado não Operacional

Representado, principalmente, por resultados na alienação em leilões de bens retomados e quitação antecipada pelo arrendatário em prazo inferior a 24 meses do início do contrato de arrendamento.

24. Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	398.498	531.327
Juros sobre o Capital Próprio (Nota 17.b)	(373.384)	(400.000)
Resultado antes dos Impostos	25.114	131.327
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social		
às Alíquotas de 25% e 20%, Respectivamente	(11.301)	(59.097)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(13.237)	8.501
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	8.705	27.672
Ajustes CSLL 5%	1.976	(31.831)
Demais Ajustes ⁽¹⁾	(59.406)	2.811
Imposto de Renda e Contribuição Social	(73.263)	(51.944)

(1) Efeito decorrente da baixa de impostos a compensar.

25. Outras Informações**Comitê de auditoria**

Em consonância à Resolução do CMN nº 3.198/2004, a Santander Leasing aderiu ao comitê de auditoria único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander. As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios. O resumo do relatório do comitê de auditoria e o resumo da descrição da estrutura de gerenciamento do risco de crédito foram divulgados e publicados em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco Santander, disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.